

**NOTÍCIA EXPLICATIVA
DA FOLHA 38-B
SETÚBAL**

G. MANUPPELLA (COORDENADOR)
M. T. ANTUNES
J. PAIS
M. M. RAMALHO
J. REY

DEPARTAMENTO DE GEOLOGIA
**INSTITUTO GEOLÓGICO
E MINEIRO**

LISBOA 1999

VIII – ARQUEOLOGIA ⁽¹⁾

O PALEOLÍTICO INFERIOR E MÉDIO

As primeiras referências a depósitos plistocénicos e a indústrias líticas correlativas na área que interessa a esta folha devem-se a Carlos Ribeiro (RIBEIRO, 1871, pp. 29 e 30), que descreve dois exemplares de quartzito supostamente talhados, “encontrados num retalho de camadas pliocenas, que assenta sobre o calcário jurássico entre Cezimbra e o Cabo de Espichel”. Da observação das representações apresentadas, não se evidenciam quaisquer traços de intencionalidade no seu talhe. Desta forma, embora cabendo, inquestionavelmente, a C. Ribeiro, as primeiras referências a indústrias paleolíticas e aos hipotéticos depósitos de onde proviriam, aquelas baseavam-se em elementos erróneos, que só mais tarde viriam a ser esclarecidos.

Data também dessa altura o levantamento, em belas litografias, de vistas da costa portuguesa (RIBEIRO, 1949). O trecho do litoral a este do cabo Espichel e até à Pedra do Frade, a oeste de Sesimbra, corresponde às estampas XII e XIII daquela monografia; nelas se evidencia, na zona onde se ergue o Forte da Baralha, a rechã da praia de 5-8 m e, embora menos marcada, a correspondente à da praia de 12-15 m. Com efeito, mercê da litologia calcária do litoral meridional da Arrábida, suficientemente branda para ser modelada pela acção mecânica do mar, mas tenaz ao ponto de ainda conservar as marcas evidentes daquelas acções, este trecho litoral afigura-se como o mais expressivo da costa portuguesa, no respeitante ao escalonamento de sucessivas

⁽¹⁾ João Luís Cardoso

rechãs, a altitudes decrescentes, entalhadas pelo mar no decurso do Plistocénico. A natureza química de tais rochas propiciou, por outro lado, a conservação de conchas ou ossos de vertebrados, situação igualmente ímpar no que ao território português diz respeito. Foi também C. RIBEIRO (1867) quem, pela primeira vez, chamou a atenção para tais ocorrências de conchas fossilizadas, no âmbito do estudo das linhas de costa antigas, de que foi pioneiro em Portugal. A importância destas descobertas motivou o interesse de P. Choffat, que promoveu colheitas em cada um dos níveis marinhosossilíferos anteriormente assinalados. Os locais onde se obteve amostragem foram os seguintes (CHOFFAT & DOLLFUS, 1904/1907):

- a 200 m a SW do Forte da Baralha, a 6 m acima do nível do mar. As conchas são abundantes, constituindo lumachela, apresentando-se frequentemente inteiras;
- a 150 m a NW do Forte da Baralha e à altitude de 62 m. As conchas, muito mais raras, encontravam-se em pior estado de conservação;
- a 70 m de altitude, recolheram-se restos de conchas de tal forma partidas e roladas, que impossibilitaram determinação, mesmo genérica.

As espécies identificadas por Dollfus e Choffat distribuem-se pelos diversos níveis de rechãs, conforme o seguinte quadro (Quadro I).

Segundo as informações ecológicas fornecidas pelas espécies identificadas, Choffat e Dollfus concluíram que as condições climáticas que presidiram à formação do nível de cerca de 60 m eram idênticas às actualmente existentes no litoral da Mancha, tendo em conta a presença de *Donax vittatus* e de *Mactra solida*, cujas águas são de características temperadas frias. Tal conclusão foi contrariada por J. Bourcart (in ZBYSZEWSKI, 1943), salientando que as duas espécies ocorrem nos arenitos de Rabat, bem como no litoral actual do Algarve. Para ZBYSZEWSKI (1957, p. 118), *D. vittatus* poderia indicar meio marinho semelhante ao do litoral setentrional do País.

A associação encontrada no nível imediatamente inferior (15 m) denunciaria condições um pouco mais quentes, do tipo atlântico temperado, com *Mytilus galloprovincialis* e *Patella coerulea*.

Enfim, a associação faunística mais moderna, correspondente ao nível de 6 m, também a mais abundante, revelaria características temperadas quentes, de que o elemento mais expressivo é *Patella safiana*.

QUADRO I

Distribuição dos moluscos pliocénicos observados na zona do Forte da Baralha pelos níveis marinhos ali identificados (DOLLFUS & CHOFFAT, 1904/07)

	ALTITUDES		
	06 m	15 m	60 m
1. <i>Solen marginatus</i> PENNAN.	+		
2. <i>Mactra subtruncata</i> var. <i>triangula</i> RENIER			+
3. <i>Mactra solida</i> L.		+	+
4. <i>Donax vittatus</i> var. <i>atlantica</i> HIDALGO			+
5. <i>Tapes pullastra</i> MONTAGU	+		
6. <i>Venus gallina</i> var. <i>striatula</i> DA COSTA	+		
7. <i>Cardium echinatum</i> L.	+	+?	+
8. <i>Cardium edule</i> var. <i>umbonata</i> WOOD	+	+	
9. <i>Cardium norvegicum</i> var. <i>ponderosa</i> B. D. D.	+	+	
10. <i>Pectunculus bimaculatus</i> POLI	+?		
11. <i>Pecten maximus</i> L.	+		+
12. <i>Mytilus galloprovincialis</i> LAMARCK		+	
13. <i>Mytilus edulis</i> L., var. div.	+	+	+
14. <i>Patella vulgata</i> L.	+	+	
15. <i>Patella safiensis</i> LK.	+		
16. <i>Patella coerulea</i> var. <i>subplana</i> POTIER et MICHAUD	+	+	
17. <i>Echinus miliaris</i> KL.	+		
18. <i>Strongylocentrotus lividos</i> LK.	+	+	
19. <i>Pollicipes cornucopia</i> GML.		+	

À referida lista, ZBYSZEWSKI (1957) acrescenta *Purpura haemastoma* e *Murex erinaceus*, sobre a praia de 15 m. O mesmo autor (ZBYSZEWSKI, 1943) precisa as observações anteriores; assim, na zona do Forte da Baralha, assinala os seguintes níveis:

- entre 4 e 6 m de altitude, um primeiro nível, muito erodido;
- entre 8 e 12 m de altitude, um segundo nível, constituindo corredor marcado pela presença de um belo cordão de seixos cimentados, associados a numerosas conchas e restos de ouriços;
- uma plataforma desenvolvida, a 20-25 m de altitude, que forneceu pequeno conjunto lítico atribuível ao Paleolítico médio;
- um nível superior a 62 m de altitude, já assinalado por Dollfus e Choffat.

O principal elemento desta nova contribuição é o de referir, pela primeira vez, a existência de uma plataforma a 20-25 m de altitude, atribuída ao Tirreniano, com materiais paleolíticos.

O conjunto sedimentar mais moderno estaria representado por brecha calcária avermelhada, contendo lascas de quartzo e de quartzito, do Paleolítico médio, assente no nível conglomerático de 5-8 m (ZBYSZEWSKI, 1943, p. 61; 1957, p. 177). Este depósito tem extenso desenvolvimento lateral, aparecendo recorrentemente em diversas rechãs e grutas que pontuam o litoral, relacionadas com aquele nível marinho: a sua extraordinária constância ao longo da costa ocidental portuguesa foi salientada por ZBYSZEWSKI & TEIXEIRA (1949, p. 3). Com efeito, aquele nível foi identificado na lapa de Santa Margarida (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1945), bem como na vizinha gruta da Figueira Brava (Antunes & Cardoso, *in* ANTUNES, 1990/1991; CARDOSO, 1993; CARDOSO & RAPOSO, 1995).

Nesta última cavidade, a sucessão observada foi a seguinte, de cima para baixo:

- C 6 – camada estalagmítica, constituída por leitos sobrepostos, englobando materiais romanos e restos de fauna doméstica (ovelha); 0,15 m;
- C 5 – areias pouco consolidadas, avermelhadas, localmente mais endurecidas pela precipitação de carbonatos; exame mais pormenorizado permite diferenciar, de cima para baixo:
 - areias soltas, correspondendo a remeximentos com materiais modernos, sobretudo ossos de aves marinhas;
 - depósito pouco remexido, com abundante fauna plistocénica, indústrias líticas e raros fragmentos de ânforas romanas. A sua formação corresponde à deposição de finos leitos, essencialmente arenosos. Em boa parte, trata-se de areias eólicas, acumuladas de encontro à parede de fundo da gruta, então exposta; 0,80 m;
- C 4 – camada mais endurecida, amarelo-acinzentada, com fauna escassa, materiais líticos e restos carbonosos; 0,25 m;
- C 3 – leito escuro, carbonoso, de alguns centímetros de espessura, correspondente à acumulação de restos provenientes de lareiras existentes em outros locais do interior da gruta;
- C 2 – conglomerado de grandes seixos calcários e dolomíticos, por vezes muito alterados, assente no substrato miocénico; 0,20 m.
- C 1 – substrato miocénico, constituído por calcarenitos grosseiros.

No conjunto, a sucessão descrita não ultrapassa 1 m de potência.

Uma datação pelo radiocarbono, feita sobre conchas da C 2, deu o seguinte resultado (ANTUNES *et al.*, 1989):

ICEN 387 – 30 930 ± 700 BP.

Além de abundante indústria lítica, recolheu-se importante conjunto faunístico. Deste, apenas os grandes mamíferos foram objecto de estudo completo (CARDOSO, 1993). As espécies mais abundantes, em 344 restos identificados, são as seguintes:

- *Cervus elaphus* 34 %;
- *Capra pyrenaica* 22 %;
- *Bos primigenius* 22 %.

Este espectro faunístico indica condições climáticas globalmente temperadas e a existência de manchas florestais dispersas na planície que então se desenvolvia ao longo do litoral actual, correspondente à área da embocadura do Sado, estimada a cerca de 60 m abaixo do nível do mar actual (ANTUNES, 1990/91, p. 529). Por outro lado, a cabra-montês indica biótopo de maior altitude, substrato rochoso acidentado e clima mais frio, condições verificadas então na serra da Arrábida. Evidencia-se, pois, a exploração pelo homem paleolítico que se abrigou na Figueira Brava, de biótopos bem diferenciados, como é indicado por outros achados de materiais líticos em plena serra (ANTUNES *et al.*, 1992). Enfim, também o litoral de então seria intensamente explorado, como indica a abundante fauna malacológica recolhida e de onde se encontra totalmente ausente *Patella safiana*, presente no nível de 5-8 m do Forte da Baralha, espécie que não ultrapassa actualmente a costa atlântica marroquina.

A presença de alguns restos de grandes predadores, como *Panthera (Leo) spelaea*, *Panthera pardus* e, sobretudo, *Crocota crocota spelaea*, mostra que a ocupação da gruta pelo Homem era descontínua. Neste contexto, o achado de restos atribuíveis a Neandertais, na C 2 (ANTUNES, 1990/91, p. 488; ANTUNES & CUNHA, 1992, p. 681), poderá ter várias explicações, a começar por corresponderem a sepultura(s) tidas em outras salas ainda não exploradas, mas cuja existência é segura. Seja como for, a presença humana é nítida, consubstanciada por cerca de 2500 artefactos, cujo estudo revelou indústria de carac-

terísticas homogêneas, integrando-se claramente nos conjuntos do Paleolítico médio portugueses (CARDOSO & RAPOSO, 1995). Encontra-se presente o talhe *levallois* e, nos utensílios, predominam os raspadores – especialmente os simples convexos – seguidos dos denticulados e dos entalhes. Foi comprovada a existência de utensílios alóctones de rochas siliciosas finas, facto reforçado pela desproporção de relação núcleos/utensílios, observada entre o quartzo e aquelas matérias-primas.

Outra cavidade do litoral meridional da Arrábida é a lapa de Santa Margarida, debruçada sobre o mar, a qual conserva também vestígios de enchimento plistocénico, cuja estratigrafia é a seguinte (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1945), de cima para baixo:

- C 4 – areias móveis;
- C 3 – brecha ossífera acinzentada, com indústrias de quartzo incharacterísticas;
- C 2 – brecha ossífera de matriz greso-calcária avermelhada, com indústrias de quartzo mustieróides;
- C 1 – conglomerado “grimaldiano”, com elementos calcários, atingido pela maré-cheia, com artefactos paleolíticos, entre os quais um grande biface acheulense rolado.

A sucessão descrita assenta no substrato miocénico, constituído por calcarenito médio a grosseiro. Trata-se de sucessão estreitamente correlacionável com a observada na gruta da Figueira Brava, apenas a 100 m para este.

A idade do nível conglomerático marinho, sobre o qual assenta o depósito arqueológico de ambas as grutas, será anterior a 30 000 BP. Porém, pouco se sabe acerca da correlação dos níveis altimétricos das diversas praias levantadas com a escala dos tempos quaternários, o que inviabiliza a atribuição de idades aos depósitos mais antigos, facto dificultado pela admissibilidade de tectónica quaternária na região. Com efeito, DAVEAU & AZEVEDO (1980/81) dedicaram à extremidade sudoeste da Arrábida estudo geomorfológico. Segundo as autoras, a aplanção somital, correspondente a uma superfície de abrasão marinha pliocénica, extensa e bem conservada – a plataforma do cabo Espichel – “bela plataforma de abrasão, que rasoirou todo o relevo até à base do Risco e do Formosinho” (RIBEIRO, 1968, p. 265) – encontra-se suavemente inclinada desde Picoto (239 m) até à extremidade ocidental,

limitada por escarpa vertical de cerca de 130 m. Esta superfície, basculada para norte e localmente retocada pelo rejogo tectónico, dataria, segundo ZBYSZEWSKI (1940), do Pliocénico superior. O IV e último nível da sucessão de rechãs, definidas pelas autoras, encontra-se representado, na encosta meridional da Arrábida, pela plataforma dos Navegantes e outras idênticas, entre 40 e 50 m de altitude: “ter-se-iam desenvolvido posteriormente à fase de deformação tectónica responsável pelo balançamento da plataforma do Cabo e das rechãs altas”. Abaixo do nível referido, mencionam ainda outras pequenas rechãs, como a do Forte do Cavalo, a oeste de Sesimbra, as quais, por maioria de razão, se apresentam isentas de acções tectónicas. Com efeito, a continuidade dos dois níveis principais observados, a 12-15 m e a 5-8 m, sugere estabilidade, no decurso dos últimos 100 000 anos deste sector da Arrábida, bem como, de um modo mais geral, do litoral ocidental, onde o último se pode observar com evidente constância (TEIXEIRA & ZBYSZEWSKI, 1949).

Tais retalhos de antigas linhas de costa constituíam, para além dos pequenos abrigos e grutas a que se encontravam associados, locais privilegiados de estacionamento de bandos de caçadores-recolectores paleolíticos. Não espanta, pois, que, desde as pioneiras recolhas de Carlos Ribeiro, sejam estes os locais que tenham fornecido a maioria dos artefactos recolhidos. O reconhecimento das características muito particulares destes levou BREUIL, VAULTIER & ZBYSZEWSKI (1942), impressionados pelo seu evidente arcaísmo em época já evoluída do talhe da pedra, a proporem uma designação nova para as indústrias em apreço: “Lusitaniano” e “Microlusitaniano” passariam, pois, a designar as indústrias paleolíticas de seixos afeijoados, desprovidas de bifaces que, de Leixões à costa algarvia, se dispersam abundantemente pelas sucessivas praias levantadas, escalonadas ao longo do litoral: “Ce ne sont, pour la plupart, que des simples galets oblongs segmentés à une extrémité par deux ou trois coups; rarement il y en a davantage”.

De exclusiva recolha superficial, tanto em retalhos de depósitos da frente ocidental da Península de Setúbal (Casal do Mocinho) como do litoral meridional – rechã de 50-70 m de Boca dos Robaleiros, *vd.* SERRÃO *et al.*, 1974 e de 20-25 m do Forte da Baralha – não se entreveem evidentes variações tipológicas, dificultadas pela escassez das colheitas; é a simplicidade que domina, imposta pelas limitações da matéria-prima, correspondente a pequenos seixos quartzíticos.

Assim, o único elo que uniria grupos humanos responsáveis pela confecção de tão frustes utensílios, de há mais de 1,5 milhões de anos

– na área interessada pela folha, representada pelas jazidas de Peru, Arcos e Basteza da Mó (AZEVEDO *et al.*, 1979) – até épocas relativamente recentes, situáveis no Paleolítico médio, ou mesmo posteriores, foi, tão-somente, o de terem recorrido às mesmas técnicas elementares para o fabrico de tais artefactos, forçosamente frustes (CARDOSO, 1994).

Com efeito, as jazidas pré-acheulenses da Península de Setúbal são as únicas, além dos depósitos calabrianos a norte da Serra de Sintra, a disporem de elementos geológicos de interesse para a respectiva datação. Conquanto o número de artefactos seja muito inferior ao recolhido no litoral a norte de Sintra, impossibilitando uma caracterização precisa da utensilagem, encontram-se presentes exemplares de talhe característico (CARDOSO, 1996, Fig. 2, n.ºs 9 e 10; Fig. 13), executados em pequenos seixos achatados de quartzito. Pelas características sedimentológicas, admite-se que os respectivos leitos conglomeráticos, que constituem a Formação de Belverde (AZEVEDO, 1982), representada na parte norte da folha, se tenham formado na confluência oceânica de vasto dispositivo fluviodeltaico, originando vastas praias, onde os bandos de homínídeos circulariam livremente, entregues sobretudo à recollecção.

Atendendo ao movimento de subsidência que caracteriza a Península de Setúbal, tais depósitos sofreram, posteriormente à sua formação, assentamentos significativos, o que explica as altitudes máximas a que actualmente se encontram, entre 110 e 120 m, muito inferiores às verificadas na Seixosa, a norte de Sintra (cerca de 150 m).

A relevância destas descobertas veio ainda a ser reconhecida por SERRÃO (1994), arqueólogo que, já nos inícios da década de 1970, tinha chamado a atenção para a importância da prospecção arqueológica dos depósitos de praias do Quaternário antigo (SERRÃO & JORGE, 1970/1971).

Assente na Formação conglomerática de Belverde, desenvolve-se espessa série de arenitos vermelhos com passagens conglomeráticas, essencialmente constituídas por seixos de quartzo deficientemente rolados: trata-se da Formação vermelha de Marco Furado, cuja idade não poderá ser ulterior ao Vilafranquiano médio, a qual se encontra igualmente representada na área em apreço. Também ela forneceu diversos artefactos talhados, recolhidos “*in situ*”, dos quais o mais representativo é uma grande lasca de quartzo, achada perto do cemitério da Baixa da Banheira, já fora dos limites da folha (CARDOSO, 1996, Fig. 18).

Na procura de explicações para a evidente sobrevivência tipológica destas indústrias sobre seixos no decurso dos tempos geológicos, devemos ter presente a hipótese de ocupação sazonal do litoral por bandos de recolectores, que ciclicamente o procuravam, ter determinado, de alguma forma, a estagnação evolutiva. De facto, se não se pretendia mais do que a simples e fácil recollecção de moluscos ao longo do litoral, numa dada época do ano, seriam dispensáveis artefactos mais poderosos e elaborados como os utilizados, pelos mesmos grupos, na caça. A aparente “paralisia da engenhosidade”, invocada por BREUIL, VAULTIER & ZBYSZEWSKI (1942), pode dever-se justamente a uma inteligente adaptação à pouco exigente vida no litoral, bastando a recorrência a artefactos de ocasião. Não se pretenda, pois, atribuir à aparente homogeneidade tipológica destas indústrias de seixos simplesmente talhados, da região em apreço, uma homogeneidade e significado cronológico-cultural que, efectivamente, não possuem. Com efeito, com base nos mesmos suportes líticos foi possível o talhe de instrumentos sobre lasca, tipologicamente muito diferentes, como os recolhidos em grande abundância na gruta da Figueira Brava, antes referidos, os quais se podem relacionar com actividades mais especializadas, como a da caça.

O PALEOLÍTICO SUPERIOR E O EPIPALEOLÍTICO

Neste capítulo inscrevem-se as indústrias de base macrolítica de tipo languedocense, essencialmente de idade epipaleolítica. Isto mesmo foi evidenciado no litoral baixo-alentejano; que possuam em tal época e lugar significado cultural pleno, também parece pacífico, uma vez que, correspondendo embora a acampamentos temporários e talvez de carácter sazonal, está já suficientemente conhecida a economia, modo de vida e relações estabelecidas com o meio circundante pelas respectivas comunidades que as fabricavam. No quadro destas indústrias sobre seixos, avultam determinados caracteres tecno-industriais e tipológicos, a saber (CARDOSO, 1985):

- no concernente à técnica de lascamento, avultam os artefactos com levantamentos muito inclinados, frequentemente sobrepostos, dando às zonas trabalhadas aspecto escamoso (talhe em “gradin”);
- no que diz respeito à tipologia, trata-se essencialmente de indústrias de seixos unificiais, transformados em utensílios maciços de gumes

espessos e fortemente convexos, frequentemente com intensos sinais de utilização. Na terminologia de Breuil e Zbyszewski, trata-se fundamentalmente de seixos raspadores, de raspadores em "D", e de raspadeiras nucleiformes, a que se associam os discos talhados em toda a periferia e as lascas, retocadas ou não, cuja real importância no conjunto destas indústrias ainda não foi cabalmente esclarecida: na área em apreço, recolhas não selectivas e cuidadosas permitem associar às peças nucleares um conjunto de utensílios sobre lasca, de sílex branco ou cinza e muito homogéneo, de origem não-local, incluindo, entre outros artefactos, furadores, entalhes, denticulados, núcleos de tendência prismática de lascas e lamelas, buris de ângulo, raspadores unguiformes e lamelas de bordo abatido, os quais definem um conjunto de aspecto azilóide (SILVA & SOARES, 1986).

A caracterização que se acaba de apresentar é útil para melhor compreensão do significado das peças languedocenses, recolhidas na região. Efectivamente, das 528 peças descritas por BREUIL & ZBYSZEWSKI (1945), provenientes da fachada ocidental da Península de Setúbal, 482 são languedocenses. Trata-se de materiais de exclusiva recolha superficial, embora por vezes se encontrem embalados em areias eólicas modernas. Particularmente abundante revelou-se a região do Casal do Mocinho. Para norte, nas imediações da Foz da Fonte, estas indústrias ocorrem junto à frente da arriba marinha, apresentando sempre arestas vivas ou ligeira pátina eólica. Nas imediações da Lagoa de Albufeira, recolheram-se também algumas peças deste tipo, correspondendo invariavelmente a achados isolados.

Entre Fonte da Telha e Mina de Ouro, e ao longo do topo das arribas marinhas, assinalou-se a ocorrência de fundos de cabana e de lareiras, desta época ou posteriores, infelizmente não explorados (ZBYSZEWSKI, 1965), cuja localização se perdeu.

O NEOLÍTICO

As primeiras manifestações neolíticas, referenciadas na área em apreço, ascendem ao Neolítico antigo evolucionado (2.^a metade do V milénio a. C., ou inícios do seguinte): trata-se de um povoado identificado em Fonte de Sesimbra (SOARES, SILVA & BARROS, 1979). Embora não se tenham feito escavações, a aparente concentração de materiais

em determinados sítios aponta para a existência de fundos de cabana, em encosta suave e desprovida de condições naturais de defesa, como é habitual em ocupações desta época. Outra zona que atesta este tipo de ocupação é a vasta plataforma de Pinheirinhos (SILVA & SOARES, 1986, Fig. 26), bem como o sítio de Amieira (CARDOSO, 1992 a). Do ponto de vista geomorfológico, a colina suave e de substrato arenoso onde se implanta a estação quadra-se bem nos contextos da mesma época da região e do litoral baixo-alentejano. A larga predominância dos resíduos de talhe sobre os artefactos e, nestes, a expressão dominante dos núcleos (sempre de lascas) sugerem uma jazida com características oficinais, atendendo às recolhas não selectivas do material, onde os fragmentos cerâmicos são vestigiais. A quase totalidade do material é de sílex, não existente no local. O interesse principal desta ocorrência é o de demonstrar na região e no Neolítico antigo a existência de estações funcionalmente diferenciadas: ao povoado da Fonte de Sesimbra e à possível necrópole do estrato inferior da gruta natural, conhecida por Lapa do Fumo, soma-se esta oficina de talhe, a qual sugere uma já complexa organização da ocupação e exploração do território. Com efeito, a necrópole da Lapa do Fumo, sobranceira à escarpa meridional da Arrábida, a oeste de Santana, forneceu restos de dois vasos em forma de saco e com decoração de folículos impressos a punção, que remontarão ainda a esta fase cultural (SERRÃO, 1975). Porém, não se ignora que tais motivos decorativos, recorrendo à mesma técnica, perduraram na região até o Neolítico final: disso são prova os restos exumados no povoado de altura do Alto de S. Francisco, entre Vila Fresca de Azeitão e Cabanas, investigado por C. Tavares da Silva e J. Soares (SILVA & SOARES, 1986). A procura de sítios altos e com condições de defesa, como a colina em referência, testemunha a crescente necessidade de protecção, sentida pelos ocupantes da região, decorrente de uma economia agro-pastoril pela primeira vez com possibilidades de ser excedentária, proporcionando a acumulação de bens que careciam de defesa, os quais, por outro lado, propiciavam o desenvolvimento de actividades de carácter especializado, plenamente afirmadas no Calcolítico.

É ainda ao Neolítico final que devem reportar-se as grutas artificiais (hipogeus) da Quinta do Anjo, utilizadas por sucessivas populações que ocuparam a região durante quase mil anos. Possuem um corredor, precedido de vestíbulo, desembocando numa grande câmara circular, munida de "clarabóia". As quatro grutas identificadas no século passado foram objecto de importante monografia,

na qual se publica todos os espólios exumados (LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1961).

Na área interessada pela folha, importa ainda citar duas importantes necrópoles, e que forneceram numeroso espólio arqueológico e osteológico. Trata-se da já referida Lapa do Fumo e da Lapa do Bugio, igualmente uma gruta natural aberta no topo da encosta meridional da serra, junto à povoação de Azóia de Baixo, a qual foi objecto de estudo de conjunto (CARDOSO, 1992 b).

O CALCOLÍTICO

No decurso da primeira metade do III milénio a. C., a forma de povoamento dominante na região correspondia a aglomerações de cumeada, de que se conhecem alguns excelentes exemplos. A provável fortificação de alguns deles, como o povoado da Rotura (remon-tando a fase precoce do Calcolítico pleno) e o de Chibanés (Palmela) demonstra o clima de instabilidade e competição intergrupos que caracterizaria, na região, quase todo o III milénio a. C. Naquele povoado desenvolver-se-ia uma metalurgia do cobre, expressivamente representada, entre outros artefactos, por diversos anzóis, que serviriam para a pesca no estuário.

Por outro lado, continuaram a ser utilizadas como necrópoles as duas grutas naturais já referidas, além dos hipogeus de Palmela, como bem documentam algumas notáveis peças calcárias, de índole ideotécnica, oriundas especialmente da Lapa do Bugio, as quais corporizam a existência de influências culturais do mundo mediterrâneo, a começar pela própria matéria-prima utilizada (o calcário), tão apreciada, na mesma época, no Mediterrâneo oriental, para a confecção de artefactos de idêntico cariz.

O Calcolítico inicial, datado no povoado pré-histórico fortificado de Leceia (Oeiras) entre cerca de 2800 e 2600/2500 a. C. (CARDOSO & SOARES, 1996), encontra-se bem representado no povoado do Pedrão, sobranceiro ao estuário do Sado. Ali foram encontradas cerâmicas características desta fase cultural, como os bem conhecidos copos com decoração canelada (SOARES & SILVA, 1975).

O Calcolítico pleno, por seu turno, apresenta-se muito bem documentado pelas cerâmicas, igualmente características (decorações em "folha de acácia" e "crucíferas"), exumadas no povoado da Rotura (COSTA, 1908; SILVA, 1971; GONÇALVES, 1971), especialmente

aplicadas a vasos globulares, considerados de armazenamento. A abundância destas formas sugere que a acumulação de excedentes de produção agro-pastoril se terá acentuado nesta fase, a qual corresponde ao florescimento de actividades produtivas relacionadas com a plena afirmação da chamada “Revolução dos Produtos Secundários”. É também nesta fase que se terá afirmado a metalurgia do cobre, bem documentada na Rotura. A recollecção de moluscos seria, contudo, ainda importante na dieta alimentar das populações ribeirinhas deste período: disso é prova a grande abundância destes restos na Rotura, povoado que então dominaria vasta enseada estuarina, formada por um braço do rio Sado, hoje completamente desaparecida.

É neste contexto que ocorrem as primeiras cerâmicas campaniformes, as quais, depois de período de coexistência com os tipos anteriores, característicos do Calcolítico pleno, se afirmam plenamente nos níveis superiores do povoado da Rotura (SILVA, 1971), onde predominam, segundo o referido autor, os vasos campaniformes do Grupo Internacional; a forma mais característica deste Grupo é a do vaso em forma de campânula invertida, decorado a ponteados por bandas paralelas preenchidas interiormente. A explicação avançada é a de terem sido os povoados, que conheceram o auge no período imediatamente anterior, os locais primeiramente ocupados pelos portadores ou utilizadores deste novo tipo de recipientes, os quais, no contexto das cerâmicas campaniformes, são considerados os mais antigos.

Das mútuas influências recebidas das cerâmicas calcolíticas preexistentes e a elas transmitidas, surgiu um grupo de características próprias, cuja forma mais típica é a grande taça de lábio aplanado e decorado. Foi nos hipogeus de Palmela que se recolheram, aquando das explorações ali efectuadas por ordem de Carlos Ribeiro, os primeiros exemplares de tais recipientes, os quais ficaram conhecidos por “taças de Palmela”, ao mesmo tempo que certas pontas de cobre, de seta ou de dardo receberiam, pela mesma razão, a designação de “pontas de Palmela”. A mescla de elementos da cultura material de origens distintas evidencia uma das realidades mais marcantes das cerâmicas campaniformes, cujo verdadeiro estatuto como marcadores socioculturais e cronológicos na região do Baixo Tejo e Baixo Sado ainda está longe de se encontrar esclarecido.

Neste período, são reocupados os povoados do Pedrão – abandonado desde o Calcolítico inicial, aquando da ocupação do vizinho morro da Rotura – e do Moinho da Fonte do Sol (SOARES, BARBIERI & SILVA, 1972), enquanto outros, como o das Malhadas, são pela primeira

vez ocupados (SILVA & SOARES, 1986, Fig. 68), correspondente à presença isolada do Grupo Campaniforme de Palmela. Os materiais exumados apontam para uma prática recolectora no estuário, complementada pela caça, criação de gado e agricultura pouco importante; a metalurgia do cobre encontra-se, ao contrário, bem representada pela presença de cadinhos de fundição e de resíduos.

Verifica-se a continuação do aproveitamento sepulcral de certas grutas naturais, como as Lapas do Fumo e do Bugio, para além dos hipogeus de Palmela, conforme evidenciam as cerâmicas campaniformes exumadas, e onde são agora numerosos os exemplares incisos, que corporizam o terceiro e último grupo da classificação de SOARES & SILVA (1974/77): O Grupo Inciso, consubstanciando uma transição paulatina e sem sobressaltos para a Idade do Bronze.

A IDADE DO BRONZE

O abandono dos povoados de altura, na região de Setúbal, afirma-se plenamente na Idade do Bronze. Tal facto deverá ser interpretado no âmbito da evolução económico-social verificada na região estremenha. Do Bronze final, são dois machados e uma foice de talão, de bronze, encontrados em Alfarim e Pedreiras (Sesimbra) (SERRÃO, 1966). A foice corresponde ao chamado “tipo Rocanes”, de produção local ou regional, como indica a presença de molde de pedra para fundição deste tipo de artefactos encontrado em Rocanes (Sintra). Tal facto evidencia a importação de minérios de cobre e de estanho por parte dos habitantes da região estremenha, permutados por matérias-primas aqui produzidas, com destaque para as de carácter agrícola (cereais): assim se explicam as alfaias agrícolas como as foices em questão, que substituíram no final do Bronze final as suas homólogas líticas (CARDOSO, 1995).

Tais factos evidenciam o desenvolvimento tecnológico e económico destas populações, estreitamente relacionável com uma sociedade já complexa e estratificada. Exemplo frisante desta nova realidade é o monumento funerário da Roça do Casal do Meio (Calhariz), construção que evoca os *tholoi* micénicos dos quais é em parte contemporânea, visto poder situar-se na viragem do II para o I milénio a. C. Trata-se de construção possuindo longo corredor, comunicando com uma câmara circular com cobertura em falsa cúpula, envolvida do lado externo por corredor, delimitado por muro de ortóstatos que envolve todo o

monumento (SPINDLER & FERREIRA, 1973). Esta complexa construção servia de túmulo a dois indivíduos, do sexo masculino, talvez pertencentes a uma classe sacerdotal em afirmação: não obstante ser evidente a sua alta categoria – atestada por objectos ditos de prestígio, como um soberbo pente de marfim, fíbula de enrolamento no arco e pinças de bronze – dela se encontravam totalmente ausentes quaisquer armas. Aqueles artefactos estão frequentemente representados em estelas de chefes ou guerreiros heroicizados do Bronze final, de que é expoente a de Ervidel (GOMES & MONTEIRO, 1976/77), sublinhando o alto estatuto das duas personagens inumadas no monumento, o qual revela características até ao presente, únicas em território português. Trata-se, sem dúvida, de algo totalmente novo e de evidente origem exógena, talvez explicável pela presença de populações mediterrânicas aqui aportadas. Neste monumento recolheram-se também grandes recipientes de armazenamento, exibindo do lado externo as características decorações de “ornatos brunidos”, produzidas por pontas rombas, provavelmente de madeira, constituídas por finas caneluras definindo motivos reticulados de natureza exclusivamente geométrica. Este tipo decorativo foi identificado pela primeira vez na Lapa do Fumo (SERRÃO, 1958), sendo característico do último período do Bronze final (CARDOSO, 1995, 1996), com termos aquando das primeiras influências orientalizantes, no século VIII a. C.

As cerâmicas de ornatos brunidos da Lapa do Fumo – o conjunto mais importante até agora conhecido – seriam, deste modo, a expressão material, na região estremenha, do período proto-orientalizante, caracterizado na Andaluzia. Corresponderiam a oferendas fúnebres ou, em alternativa, a deposições relacionadas com santuário rupestre, atendendo à dificuldade de se poderem relacionar com quaisquer sepulturas, a menos que estas fossem de incineração, hipótese que, embora carecendo de demonstração, é plausível.

À Idade do Bronze e a momento anterior ao Bronze final, pertence o conjunto arqueológico exumado em gruta natural, situada a escassas dezenas de metros da Lapa do Bugio – trata-se da Lapa da Furada, onde se realizaram recentemente escavações, cujas principais conclusões foram já publicadas (CARDOSO, 1993, 1997; CARDOSO & SANTINHO, 1996).

A IDADE DO FERRO

A Península de Setúbal situa-se entre duas vias de penetração privilegiadas – o Tejo e o Sado – na perspectiva da circulação e

escoamento de matérias-primas oriundas do interior do território, susceptíveis de serem transaccionadas por produtos trazidos por comerciantes fenícios que, a partir do século VIII a. C., demandaram a região. O sucesso de tal empresa pode avaliar-se pela abundância da difusão daqueles produtos, especialmente cerâmicos, e dos seus sucedâneos, de origem púnica, a partir do século V a. C., reconhecidos em diversas estações, situadas nos estuários e cursos inferiores daqueles dois grandes rios. No tocante à área que agora interessa, avulta o povoado de altura de Chibanes, primeiramente estudado por A. I. Marques da COSTA (1908), o qual evidenciou, além da já mencionada ocupação calcolítica, coeva da verificada na Rotura, uma outra da II e III Idade do Ferro. Estas conclusões foram confirmadas e precisadas pela intervenção arqueológica ali presentemente em curso (SILVA & SOARES, 1997). Foi então construído um importante povoado fortificado, cuja fundação não parece anterior ao século III a. C., ocupando longitudinalmente a crista da serra do Louro, com 300 m de comprimento. Os materiais importados, simultaneamente de origens meseténicas e mediterrâneas, evidenciam o papel polarizador deste sítio, no tocante às trocas comerciais de âmbito regional então efectuadas, em estreita conexão com o estuário do Sado, primeiro de origem púnica, do século III a. C. até ao advento do Império Romano. Com efeito, pode admitir-se que, no decurso do Período Republicano, o comércio tenha continuado em mãos púnicas, através da manutenção do importante centro comercial que era a cidade de Gades, pagando pesados tributos a Roma, cujo controlo político e administrativo da região era uma realidade, a contar de meados do século II a. C.

A importância assumida pelo povoado fortificado de Chibanes, a partir do século III a. C., deverá ser compreendida numa lógica regional e mesmo transregional. Com efeito, até aos séculos V/IV a. C., o comércio marítimo seria directamente assegurado pelo povoado da colina de Santa Maria, actualmente integrada no casco antigo de Setúbal, enquanto ulteriormente, nos séculos II/I a. C., afirmam-se paralelamente a Chibanes outros núcleos, como o Pedrão, em esporão rochoso sobranceiro ao Sado, e o Castelo dos Mouros, nos quais os produtos de origem púnica se mesclam, como em Chibanes, com materiais itálicos, especialmente ânforas vinárias, configurando uma última etapa da Idade do Ferro, a qual, tal como as anteriores na região, mantém estreitos os laços ao mundo meridional e mediterrâneo.

Provavelmente uma das actividades principais, de índole industrial, consistia na produção de salgas de peixe, na zona ribeirinha do vasto

estuário, destinadas essencialmente, como viria a contecer ulteriormente, em pleno domínio romano, à exportação para o mundo itálico que, como se disse, controlava, desde meados do século II a. C., os mercados marítimos peninsulares.

Ainda dentro da presença da Idade do Ferro, são de destacar as sepulturas de inumação da II Idade do Ferro do Casalão (Calhariz), constituídas por caixas rectangulares de lages dispostas verticalmente, com outras, servindo de cobertura, as quais ofereceram escasso mobiliário funerário, entre o qual avulta uma pequena faca de ferro afalcatada (SERRÃO, 1964).

O PERÍODO ROMANO

No Período Romano, afirma-se plenamente a importância das actividades industriais relacionadas com a salga de peixe e seus derivados (*garum*), expressivamente registada em diversas unidades fabris, pontuando a orla norte do estuário: o Creiro, no Portinho da Arrábida (SILVA & COELHO-SOARES, 1987), a Comenda (COSTA, 1923/26; SILVA & CABRITA, 1964; DIOGO & TRINDADE, 1996), situada na confluência da ribeira do mesmo nome com o Sado, e a própria área urbana de Setúbal, onde se localizaram fábricas em dois sítios, a Praça de Bocage (SILVA & COELHO-SOARES, 1980/81; CARDOSO, 1980/81) e a Travessa de Frei Gaspar (SILVA, COELHO-SOARES & SOARES, 1986) são os exemplos mais expressivos de tal realidade. Complementarmente, conhecem-se diversos fornos de produção de ânforas na mesma margem do estuário, como os da Quinta da Alegria, a montante de Setúbal (COELHO-SOARES & SILVA, 1979), com laboração entre a 2.^a metade do século I d. C. e, pelo menos, o século IV. As ânforas ali fabricadas destinavam-se à embalagem e exportação, por via marítima, daqueles produtos piscícolas. Porém, é em Tróia, então constituindo uma pequena ilhota arenosa, que a presença de tais fábricas assume aspecto notável, constituindo mesmo uma das grandes unidades industriais no Mundo Romano, no auge da sua existência, aspecto favorecido pela própria posição geográfica daquele acidente costeiro, favorável ao desenvolvimento daquelas actividades.

A chamada península de Tróia é constituída por extenso corpo arenoso, estreito e muito alongado, que limita, a ocidente, a embocadura do rio Sado. Encontra-se referida na "Ora Maritima", poema de Rufio Festo Avieno, composto em meados do século IV d. C., com base

em outro poema grego do século I a. C., o qual, por sua vez, se teria baseado em um périplo massaliota do último quartel do século VI a. C.. Na parte relativa ao sector costeiro em causa, diz o seguinte (FERREIRA, 1985, p. 22):

“... Em seguida, sobressai o cabo Cêmpsico (o cabo Espichel). Mais adiante e subjacente fica a ilha que os habitantes chamam Ácala. É de difícil credibilidade o que se narra devido ao seu maravilhoso, embora não falte o testemunho dos autores a comprová-lo: contam que, nos confins desta ilha, nunca o aspecto do mar é igual ao restante. Em todos os lugares existe nas ondas um esplendor e um brilho cristalinos sendo certo que nas profundidades do mar as águas apresentam uma imagem azulada. Aí porém o mar está sempre desfigurado por um lodo sujo, como lembram os antigos, e com a sujidade as águas tornaram-se espessas”.

(A itálico, trechos originais do périplo; a redondo, interpolador grego do século I a. C. e Avieno).

A descrição ajusta-se à embocadura do Sado. Apesar dos terrenos serem uniformes na sua constituição geológica – trata-se de aluviões modernas – a existência de uma ilha, ali, foi de há muito admitida (ver especialmente VASCONCELOS, 1905, pp. 17-18 e CASTELO-BRANCO, 1963). A presença de um “lodo sujo” é compatível com uma segunda boca do rio Sado, situada a sul da actual, então já em fase adiantada de assoreamento. VICENTE (1976, p. 69), em abono desta hipótese, descreve a microtopografia da actual península. Assim, o canal da Comporta encontra-se separado do oceano apenas por uma faixa de areia com pouco mais de 500 m de largura. Ter-se-ia, deste modo, formado uma restinga, pela progressão das areias, de sul para norte, responsável pela junção da antiga ilha ao continente, com o consequente assoreamento da ligação meridional do rio Sado ao oceano. Esta hipótese é concordante com o sentido do actual transporte sólido litoral, muito nítido pela observação de fotografias aéreas tiradas a intervalos espaçados.

A confirmação de tais observações ficou recentemente reforçada pela escavação de diversas estações neolíticas, situadas na zona da Comporta, já fora da folha de Setúbal. Com efeito, as areias de praia sobre a qual se sediaram diversas comunidades essencialmente recolectoras, no decurso do IV milénio a. C., verificou-se possuírem nítidas características marinhas, facto incompatível com a sua actual

posição na periferia dos sapais do Sado (SILVA *et al.*, 1986). Já SOARES & SILVA (1980) e, depois, ANTUNES (1983) chamaram a atenção para as características marinhas das faunas malacológica e ictiológica, recolhidas naqueles concheiros neolíticos.

A estação romana de Tróia foi inicialmente ocupada na segunda metade do século I a. C., atingindo os derradeiros materiais exumados o século VI da nossa era. O apogeu da cidade industrial ter-se-á verificado nos séculos II e III d. C. A zona de maior concentração de estruturas e materiais estende-se por cerca de 1 km do litoral fluvial da península, encontrando-se ainda em grande parte sob as areias. Trata-se de um dos mais notáveis complexos industriais do Mundo Romano, dedicados a uma actividade especializada: a preparação de produtos derivados do pescado. Para o efeito, construíram-se diversos núcleos fabris, constituídos por tanques de salga, correspondentes, provavelmente, a outras tantas sociedades. (ALMEIDA, PAIXÃO & PAIXÃO, 1978/79). Tanques mais pequenos destinaram-se à preparação do "garum". Tanto o peixe salgado como este condimento, muito apreciado pelos Romanos, seriam exportados em larga escala, por via marítima, em ânforas fabricadas em diversos fornos existentes na margem direita do estuário do Sado, alguns dos quais foram anteriormente referidos.

São diversos os cemitérios já identificados e parcialmente escavados, bem como diversas são as tipologias das sepulturas e os ritos funerários (inumação e incineração). O mais importante apresentava 7 m de potência estratigráfica, tumulações dos séculos II, III, IV e da Alta Idade Média (SOARES, 1980). O centro religioso parece corresponder ao local onde, mais tarde, se edificou capela paleocristã. Atesta-o, sobretudo, o fragmento de políptico com a representação de Mitra e do deus Sol. Ali teria o seu templo, o *Mitraeum*. A tipologia das sepulturas de um dos cemitérios é única (ALMEIDA, PAIXÃO & PAIXÃO, 1978). Perto, situa-se uma estrutura hidráulica de captação, armazenamento e distribuição de água, destinada à laboração fabril, cujas características são também únicas no território português (QUINTELA, MASCARENHAS & CARDOSO, 1993/94).

Outras ocorrências arqueológicas romanas a destacar na área interessada por esta notícia são de salientar.

No casco urbano de Setúbal, recolheram-se no ano de 1957 (Rua de Fran Paxeco), no decurso de obras camarárias, duas ânforas, contendo na totalidade 18 181 moedas de bronze do Baixo Império, exaustivamente estudadas e publicadas (FERNANDES, 1995). Trata-se

do mais notável conjunto até ao presente conhecido no Mundo Romano desta época. Com efeito, o vol. VIII do “Roman Imperial Coinage”, Londres, Seaby, 1983, menciona apenas três com mais de 10 000 moedas, dos quais o mais numeroso não atinge o número das presentes neste tesouro que, aliás, contém exemplares extremamente raros (de Nepociano e Vetrânio, entre outros) e numerosas variantes desconhecidas.

Devem mencionar-se ainda os dezasseis cepos de âncoras de chumbo e os três de pedra, encontrados no Mar de Ancão, Sesimbra, até 1973 (MAIA, 1975). Tais achados testemunham a importante navegação litoral ao longo da costa da Arrábida, durante o Período Romano (podendo mesmo alguns cepos ser mais antigos), correspondendo o local, talvez, mais a fundeadouro importante do que a lugar de naufrágios (MAIA, 1975; SERRÃO, 1994).

Pelo que foi dito, conclui-se que a presença romana na região em causa foi dominada pelas actividades industriais e comerciais, ambas de índole marítima. Com efeito, foi diminuta a ocupação agrícola do território, denunciada pela escassez de materiais e sua fraca relevância arqueológica (ver SERRÃO, 1973, 1994, que apresenta a cartografia das estações romanas do concelho de Sesimbra; e COSTA, 1907, que localiza as dos arredores de Setúbal; para as restantes, ver FERREIRA *et al.*, 1993).

O PERÍODO MUÇULMANO

Se o período visigótico não deixou testemunhos evidentes na área em apreço – ainda que os materiais paleocristãos de Tróia, do século VI d. C., sejam coevos de tal presença – já os vestígios da presença mourisca são evidentes e relevantes. O testemunho mais notável provém da Lapa do Fumo, onde recorrentemente se têm encontrado moedas arábicas, correspondentes a várias dezenas de quirates almorávidas e a um dinar dos Abácidas de Sevilha (FIGANIER, 1958; MARINHO, 1968). Entre os primeiros, avultam exemplares de grande raridade, cunhados em Silves, e um outro, ainda mais precioso, cunhado em Beja. A ocorrência deste tesouro monetário em local ermo e seguro prende-se directamente com a conturbada história da região, no decurso da segunda metade do século XII. Com efeito, a primeira conquista de Sesimbra pelos Portugueses, datada de 1165, culminou um período de sobressaltos e de instabilidade política, que teria justificado

o ocultamento de tão valioso conjunto, tanto de cristãos como de adversários político-religiosos (SERRÃO, 1994), na esperança de este mais tarde vir a ser recuperado. Com efeito, Afonso Henriques, após a conquista de Lisboa, em 1147, tomou Alcácer, em 1158, e, no ano seguinte, Évora e Beja, perdidas depois, mas voltadas a mãos portuguesas, respectivamente, em 1165 e 1162; neste contexto, facilmente se percebe a insegurança em que decorreria o quotidiano das populações muçulmanas de Sesimbra e de Palmela; provavelmente, o castelo de Sesimbra seria, nessa época, mais fortaleza do que propriamente lugar de povoação; voltou de novo a ser reocupado por muçulmanos, no decurso da invasão almóada de 1190/91, comandada por Almansor; os muçulmanos viriam, porém, a encontrar uma fortaleza totalmente arrasada pelos cristãos (Rui de Pina, Crónica de D. Sancho I), sem interesse militar. Com efeito, só após a última reconquista, em 1200, se reedificou o castelo, desde os alicerces. Talvez por isso os testemunhos mouriscos sejam ali quase inexistentes, ou duvidosos.

Outros testemunhos da presença muçulmana têm sido identificados na área em apreço: cerâmicas na Lapa do Fumo (CARVALHO & FERNANDES, 1996), no castelo de Palmela (FERNANDES & CARVALHO, 1993) e no Creiro, Portinho da Arrábida, onde constituíram, curiosamente, os primeiros achados seguros deste período do concelho de Setúbal (SILVA & COELHO-SOARES, 1987). No de Palmela, merecem destaque os importantes materiais exumados em recentes escavações efectuadas no interior do castelo (FERNANDES & CARVALHO, 1993).

O PERÍODO PORTUGUÊS

Em 1201, a povoação de Sesimbra recebeu carta de foral, passada em Coimbra em 1231. Assim se compreendem os numerosos restos cerâmicos medievais recolhidos no castelo que, recentemente, têm sido dados a conhecer (CARVALHO & FERNANDES, 1992; CARVALHO, 1993, 1994). Existe estudo actualizado de inventariação e caracterização do património monumental e artístico sesimbrense (SERRÃO & SERRÃO, 1997). No próprio castelo de Sesimbra, foi escavada a casa do respectivo alcaide e confrontada a descrição da residência com a planta levantada no terreno (JORGE *et al.*, 1975).

Também no vizinho castelo de Palmela, se têm recolhido numerosos restos cerâmicos medievais portugueses, no decurso das inter-

venções arqueológicas ali realizadas, à semelhança do verificado na área urbana da vila (escavações de A. R. Carvalho e I. C. Fernandes).

Enfim, na área urbana de Setúbal, em escavações conduzidas por elementos do Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal recuperaram-se numerosos testemunhos medievais e renascentistas, em boa parte ainda inéditos (SILVA, 1989). Tais factos salientam o interesse de execução de trabalhos arqueológicos, em áreas urbanas ocupadas desde a Idade Média, cujos resultados podem contribuir, de forma determinante, para o esclarecimento de aspectos de carácter histórico que, de outro modo, ficariam sem resposta ou permaneceriam de todo desconhecidos.